

Bioeconomia como caminho para um modelo sustentável de desenvolvimento industrial para a Amazônia Ocidental e Amapá

Subsídios para a regionalização do Plano de Transformação Ecológica (PTE)



Foto: Michael Dantas





Bioeconomia como caminho para um modelo sustentável de desenvolvimento industrial para a Amazônia Ocidental e Amapá

Subsídios para a regionalização do Plano
de Transformação Ecológica (PTE)

**Policy Brief do Plano de Transformação
Ecológica da Bioeconomia (PTEB) na
Amazônia Ocidental e Amapá**

Nota técnica

Fundação Amazônia Sustentável (FAS)
Manaus - AM
2025



FICHA TÉCNICA

Fundação Amazônia Sustentável (FAS)

Superintendente Geral Adjunta: Valcléia Lima

Gerência do Programa de Políticas Públicas em Clima e Conservação: Gabriela Sampaio

Coordenação: Adriana Gasparetti

Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI

Presidente: Ricardo Garcia Cappelli

Diretoria de Economia Sustentável e Industrialização - DIESI: Perpétua de Almeida

Líder do Projeto: Neide Freitas

Policy Brief do Plano de Transformação Ecológica da Bioeconomia para Amazônia Ocidental e Amapá 1ª Edição

Texto: Leandro Pinheiro, Raquel Luna Viggiani e Inês Almeida

Apoio: Adriana Gasparetti, Lucas Sarraff

Revisão: Adriana Gasparetti, Lucas Sarraff

Projeto gráfico: UP Comunicação Inteligente – Letícia Rezende

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Bioeconomia como caminho para um modelo sustentável de desenvolvimento industrial para a Amazônia Ocidental e Amapá : subsídios para a regionalização do Plano de Transformação Ecológica (PTE) / Fundação Amazônia Sustentável. -- Manaus, AM : Fundação Amazônia Sustentável, 2025.

Bibliografia.
ISBN 978-65-89242-93-2

1. Amazônia 2. Bioeconomia 3. Desenvolvimento econômico 4. Governança 5. Resíduos - Gestão
I. Fundação Amazônia Sustentável.

25-312610.0

CDD-338.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Amazônia : Bioeconomia : Desenvolvimento econômico
: Economia 338.981

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

SUMÁRIO

1. MENSAGENS CHAVE	6
2. CONTEXTO	7
3. QUANDO AS OPORTUNIDADES DE INCIDÊNCIA PROPOSTAS PODEM SER ACIONADAS	9
4. OPORTUNIDADES DE INCIDÊNCIA POR AGENDA/EIXO	8
Agenda 1 – PD&I e Biotecnologia - Biotecnologia e Bioindustrialização na Matriz Regional	10
• Mapeamento de Resíduos Produtivos com Potencial de Reaproveitamento	10
• Plataforma para Empreendedores Identificarem Fontes de Financiamento	11
• Estruturas Regionais Compartilhadas (Unidades de Bioindustrialização na Origem)	12
• Políticas de incentivo para equalizar custos logísticos	13
• Plantas-piloto regionais para testes de bioativos e protótipos	13
• Mapeamento de insumos industriais para substituir por bioativos amazônicos	14
Agenda 2: Concessões Florestais	5
• Reconhecimento/Regularização de Territórios Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais	15
• Tecnicificação do extrativismo com equipamentos que aumentem produtividade e segurança	16
• Parcerias para Campanhas de Valorização e Combate à Desinformação sobre a Sociobioeconomia	16
• Fomento ao Enoturismo Indígena e Turismo de Base Comunitária em Áreas Concedidas	17
Agenda 3: Estratégia Nacional de Bioeconomia - Bioeconomia com Ênfase em Sistemas Agroalimentares	18
• ATER especializada para cadeias da sociobiodiversidade: SAFs biodiversos, PFNMs, boas práticas de colheita/pós-colheita	18
• Programa de apoio à regularização sanitária e fiscal de empreendimentos bioindustriais comunitários	19
• Programa de incentivo (aquisição/distribuição) para adoção ampla de bio defensivos e biofertilizantes regionais	20
• Universalizar acesso à água potável e energia a custos acessíveis (processamento mínimo, armazenamento, conservação)	21
• Destruar programas de compras públicas que priorizam agricultura familiar/sistemas sustentáveis	22
• Estruturar/fortalecer arranjos produtivos locais para otimizar produção, beneficiamento, comercialização.	23
5. CONSIDERAÇÕES GERAIS	24
6. QUESTÕES PARA REFLEXÃO	25
7. COMO COMEÇAR	26
Bibliografia selecionada	27
O diagnóstico do PTEB Amazônia Ocidental	29
Siglas utilizadas	30

1. MENSAGENS CHAVE

A Amazônia tem potencial para liderar a bioeconomia global, conciliando desenvolvimento econômico, conservação da floresta e justiça social. O Plano de Transformação Ecológica da Bioeconomia (PTEB) na Amazônia Ocidental e Amapá propõe caminhos concretos para transformar resíduos em insumos de valor, ampliar a industrialização na origem, reduzir custos estruturais e fortalecer a governança territorial. Trata-se de uma agenda estratégica para mobilizar governos, investidores, academia e comunidades em torno de um modelo de prosperidade baseado na floresta em pé.

- **ARTICULAÇÃO ESTRATÉGICA E REGIONALIZAÇÃO:** A implementação do PTEB Amazônia Ocidental e Amapá exige coordenação contínua entre governo, academia, setor privado e comunidades. Essa articulação multissetorial é indispensável para desenvolver soluções escaláveis, ajustadas às particularidades regionais, e consolidar a bioeconomia como eixo estratégico do desenvolvimento.
- **TRANSFORMAÇÃO DE RESÍDUOS EM VALOR:** O mapeamento e a revalorização de resíduos produtivos da sociobiodiversidade permitem converter descartes em insumos de alto valor, fortalecendo a bioindustrialização e promovendo uma economia circular robusta e integrada na região.
- **VALOR AGREGADO NA ORIGEM:** A descentralização da industrialização, com unidades de beneficiamento próximas às comunidades, reduz custos logísticos, mitiga o chamado “custo amazônico” e garante que a renda e o valor agregado permaneçam nos territórios produtores.
- **GOVERNANÇA TERRITORIAL INCLUSIVA:** A regularização de territórios indígenas, quilombolas e tradicionais é fundamental para assegurar segurança jurídica, ampliar a participação comunitária e reconhecer essas populações como guardiãs da floresta e da bioeconomia.
- **INFRAESTRUTURA HABILITADORA:** A universalização do acesso a água potável e energia de baixo custo constitui a base para o processamento mínimo, armazenamento e expansão das cadeias produtivas da bioeconomia regional.
- **INVESTIMENTOS DE LONGO PRAZO:** A consolidação da transformação ecológica requer não apenas ações imediatas, mas também visão de Estado, continuidade institucional e aportes consistentes de médio e longo prazo, capazes de garantir resultados sustentáveis.
- **AMBIENTE FAVORÁVEL A INVESTIMENTOS:** Políticas públicas eficazes e instrumentos financeiros como o *blended finance* podem alavancar recursos públicos e atrair capital privado, ampliando a escala de projetos sustentáveis e potencializando impactos socioambientais positivos.
- **AMAZÔNIA COMO POLO GLOBAL:** A união de esforços entre setor público, privado, pesquisa e sociedade civil consolida a Amazônia como referência internacional em bioeconomia, inovação e combate às mudanças climáticas, alinhando a região às metas globais de desenvolvimento sustentável.

2. CONTEXTO

Esta Nota Técnica é parte do processo de construção do Plano de Transformação Ecológica da Bioeconomia (PTEB) na Amazônia Ocidental e Amapá e é instrumento de regionalização do **Plano de Transformação Ecológica (PTE)** do Governo Federal que integra o **Programa Novo Brasil. As oportunidades de incidência aqui apontadas estão alinhadas com a Estratégia Nacional de Bioeconomia, instituída pelo Decreto nº 12.044/2024, e com o Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio)**, instrumento que estabelecerá os recursos, as ações, as responsabilidades, as metas e os indicadores para o desenvolvimento da bioeconomia brasileira coordenando políticas públicas que promovam atividades econômicas sustentáveis através da integração entre conservação da biodiversidade, inovação tecnológica e inclusão social.

O PTEB Amazônia Ocidental busca regionalizar essa visão estratégica para os estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e Amapá - área de importância geoestratégica definida pela abrangência da Zona Franca de Manaus (ZFM) - concentrando-se em **três ações estratégicas prioritárias e sinérgicas do PTE: PD&I e Biotecnológica** (agregação de valor à sociobiodiversidade amazônica através de produtos e bioinsumos para o Polo Industrial de Manaus e Áreas de Livre Comércio), **Concessões Florestais de UCs** (manejo sustentável de florestas públicas conforme a Lei de Gestão de Florestas Públicas de 2006) e **Estratégia Nacional de Bioeconomia** (fortalecimento da agricultura familiar e extrativismo através de Sistemas Agroflorestais, ILPF e recuperação de pastagens degradadas).

Este trabalho constitui importante contribuição da FAS e da ABDI para a criação e a consolidação de um modelo sustentável de desenvolvimento industrial para a Amazônia Ocidental e busca apresentar diretrizes práticas e acionáveis em curto, médio e longo prazo, subsidiadas pelo estudo realizado, alinhando-se aos objetivos do Plano de Transformação Ecológica. Desta forma faz possível que o Plano de Transformação Ecológica da Bioeconomia (PTEB) seja consolidado como política pública regional — um instrumento de regionalização do PTE — ao organizar agendas, instrumentos e governança para execução, com prazos estabelecidos, servindo de referência para decisão orçamentária, arranjos intersetoriais e mobilização de investimentos.

Assim, concilia prosperidade econômica com conservação florestal, valorizando o capital natural e humano como motores do desenvolvimento, em consonância com as diretrizes do eixo "Bioeconomia e Sistemas Agroalimentares" do PTE e com as metas de descarbonização da economia nacional.

O Plano de Transformação Ecológica da Bioeconomia (PTEB) na Amazônia Ocidental e Amapá, em desenvolvimento, tem a expectativa de ampliar a participação da bioeconomia no processo de desenvolvimento econômico e social nesta região do país, ampliando a prosperidade regional ao mesmo tempo que contribui para a neutralidade de emissões de gases de efeito estufa no país.

A elaboração desta Nota Técnica resulta de um esforço colaborativo que envolveu mapeamento, entrevistas e consultas, culminando em um documento de recomendações para implementação do PTE na região, com objetivo de catalisar a transição para uma economia de baixo carbono e mobilizar investimentos para gerar empregos e renda em um modelo de desenvolvimento sustentável.

Este documento é uma versão sintética de referências e oportunidades prioritárias, concebida para orientar e estimular o debate público durante a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), especialmente no que diz respeito à consolidação de uma agenda de bioeconomia para a Amazônia Ocidental e o Amapá, em alinhamento com iniciativas nacionais e regionais em curso sobre inovação, descarbonização e desenvolvimento inclusivo associados à bioeconomia. As proposições aqui reunidas têm caráter indicativo e servirão de insumo para a elaboração do Plano subsequente, que incorporará contribuições colhidas nos diálogos da conferência, bem como arranjos institucionais, instrumentos financeiros e marcos de monitoramento detalhados, em convergência com iniciativas multilaterais e mecanismos de fomento já anunciados para a região.

3. QUANDO AS OPORTUNIDADES DE INCIDÊNCIA PROPOSTAS PODEM SER ACIONADAS

As oportunidades de incidência priorizadas a partir do diagnóstico foram distribuídas em horizontes de tempo em que podem ser acionadas a partir da percepção de múltiplos atores da sociobioeconomia atuantes na Amazônia Ocidental. Para essa distribuição foram considerados maturidade da proposta de incidência, complexidade dos arranjos institucionais, existência de condições mínimas para implementação imediata. Os horizontes de tempo utilizados para a classificação foram curto, médio e longo prazo, e seguiram os seguintes critérios:

- **CURTO PRAZO:** Ações que podem ser iniciadas e apresentar resultados **em até 2 anos**. Geralmente envolvem planejamento, projetos-piloto, ajustes regulatórios e articulação institucional.
- **MÉDIO PRAZO:** Projetos que exigem um planejamento mais detalhado, investimentos moderados e desenvolvimento de infraestrutura ou sistemas, com implementação e maturação **entre 2 e 5 anos**.
- **LONGO PRAZO:** Iniciativas transformadoras de grande escala que demandam investimentos significativos, desenvolvimento tecnológico robusto e/ou mudanças estruturais profundas, com um horizonte de tempo **superior a 5 anos**.



Foto: Roberta dos Anjos

4. OPORTUNIDADES DE INCIDÊNCIA POR AGENDA/EIXO

AGENDA 1 – PD&I E BIOTECNOLOGIA - BIOTECNOLOGIA E BIOINDUSTRIALIZAÇÃO NA MATRIZ REGIONAL

1. Mapeamento de Resíduos Produtivos com Potencial de Reaproveitamento

O que hoje é resíduo das cadeias da sociobiodiversidade pode se tornar a base de novos produtos, mercados e renda.

2. Plataforma para Empreendedores Identificarem Fontes de Financiamento

Ampliar o acesso a capital é condição para que negócios da bioeconomia saiam da escala experimental e alcancem mercados mais robustos.

3. Estruturas Regionais Compartilhadas (Unidades de Bioindustrialização na Origem)

Descentralizar a bioindustrialização permite agregar valor diretamente na base das cadeias produtivas, reduzindo custos logísticos e ampliando a renda local.

4. Políticas de incentivo para equalizar custos logísticos

Sem logística competitiva, a bioeconomia amazônica não chega ao mercado.

5. Plantas-piloto regionais para testes de bioativos e protótipos

Testar processos em pequena escala e com eficiência para preparar o caminho para a produção em larga escala.

6. Mapeamento de insumos industriais para substituir por bioativos amazônicos

Substituir insumos fósseis por bioativos amazônicos é transformar dependência externa em soberania tecnológica.

AGENDA 2: CONCESSÕES FLORESTAIS

1. Reconhecimento/Regularização de Territórios Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais

A regularização fundiária garante legitimidade social e segurança jurídica para as concessões florestais, transformando potenciais conflitos em arranjos cooperativos para a bioeconomia.

2. Tecnificação do extrativismo com equipamentos que aumentem produtividade e segurança

Equipamentos certos transformam esforço físico excessivo em produtividade e segurança para quem vive do extrativismo.

3. Parcerias para Campanhas de Valorização e Combate à Desinformação sobre a Sociobioeconomia

A valorização da sociobioeconomia depende tanto de boa comunicação quanto de bons produtos.

4. Fomento ao Enoturismo Indígena e Turismo de Base Comunitária em Áreas Concedidas

Transformar a floresta em destino é uma forma de conservar e gerar renda qualificada para quem a protege.

AGENDA 3: ESTRATÉGIA NACIONAL DE BIOECONOMIA - BIOECONOMIA COM ÊNFASE EM SISTEMAS AGROALIMENTARES

1. ATER especializada para cadeias da sociobiodiversidade: SAFs biodiversos, PFNMs, boas práticas de colheita/pós-colheita

Garantir assistência técnica especializada é transformar a sociobiodiversidade amazônica em cadeias produtivas qualificadas e conectadas aos mercados de maior valor.

2. Programa de apoio à regularização sanitária e fiscal de empreendimentos bioindustriais comunitários

A regularização de empreendimentos comunitários abre portas de acesso a mercados de maior valor, com legitimidade e escala.

3. Programa de incentivo (aquisição/distribuição) para adoção ampla de bio defensivos e biofertilizantes regionais

Substituir insumos químicos importados por soluções biológicas regionais é garantir soberania produtiva, reduzir impactos ambientais e gerar inovação industrial na Amazônia.

4. Universalizar acesso à água potável e energia a custos acessíveis (processamento mínimo, armazenamento, conservação)

Garantir água potável e energia acessível é desbloquear a infraestrutura mínima que permite às comunidades amazônicas transformarem sua produção em valor agregado.

5. Destruar programas de compras públicas que priorizam agricultura familiar/sistemas sustentáveis

O poder de compra do Estado deve ser um dos motores para estruturar e garantir mercado para a agricultura familiar e a sociobiodiversidade amazônica.

6. Estruturar/fortalecer arranjos produtivos locais para otimizar produção, beneficiamento, comercialização.

Fortalecer arranjos produtivos locais é transformar a diversidade amazônica em sistemas organizados capazes de gerar escala, valor agregado e integração com mercados exigentes.

AGENDA 1 – PD&I E BIOTECNOLOGIA - BIOTECNOLOGIA E BIOINDUSTRIALIZAÇÃO NA MATRIZ REGIONAL

Esta agenda concentra-se na **bioindustrialização de base tecnológica** dos ativos da sociobiodiversidade amazônica e no **desenvolvimento de bioinsumos** para a matriz industrial já existente, especialmente no Polo Industrial de Manaus (PIM), outros parques industriais e Áreas de Livre Comércio (ALCs) da Amazônia Ocidental. O objetivo central é que este desenvolvimento ocorra **mantendo a floresta em pé** e garantindo a provisão de serviços ecossistêmicos.

| Mapeamento de Resíduos Produtivos com Potencial de Reaproveitamento

O que hoje é resíduo das cadeias da sociobiodiversidade pode se tornar a base de novos produtos, mercados e renda. O aproveitamento de resíduos produtivos abre novas frentes para a bioeconomia ao transformar descartes em insumos de baixo custo, disponíveis em escala e com potencial tecnológico. Essa reapropriação de valor amplia a rentabilidade e a atratividade de cadeias da sociobiodiversidade, ao mesmo tempo em que reduz a pressão sobre recursos primários. O mapeamento consiste em identificar e caracterizar sistematicamente os fluxos residuais de cadeias avaliando volume, sazonalidade e composição físico-química para determinar seu uso como matéria-prima em bioinsumos, biomateriais, bioplásticos ou energia. Além de reduzir desperdícios e impactos ambientais, essa iniciativa fortalece a integração entre bioindustrialização e sistemas agroalimentares, gerando ciclos produtivos mais eficientes e alinhados à economia circular.

• **COMO:** A implementação começa pelo levantamento das cadeias geradoras de resíduos, com quantificação de volumes e localização dos pontos de maior descarte. Em seguida, análises laboratoriais caracterizam o potencial tecnológico dos materiais e consolidam uma metodologia padronizada de coleta e análise. O resultado deve alimentar um banco de dados regional acessível a pesquisadores e empresas. A partir dele, chamadas específicas de P&D podem induzir o desenvolvimento de novos bioprodutos, incentivando a integração entre academia, setor privado e comunidades locais.

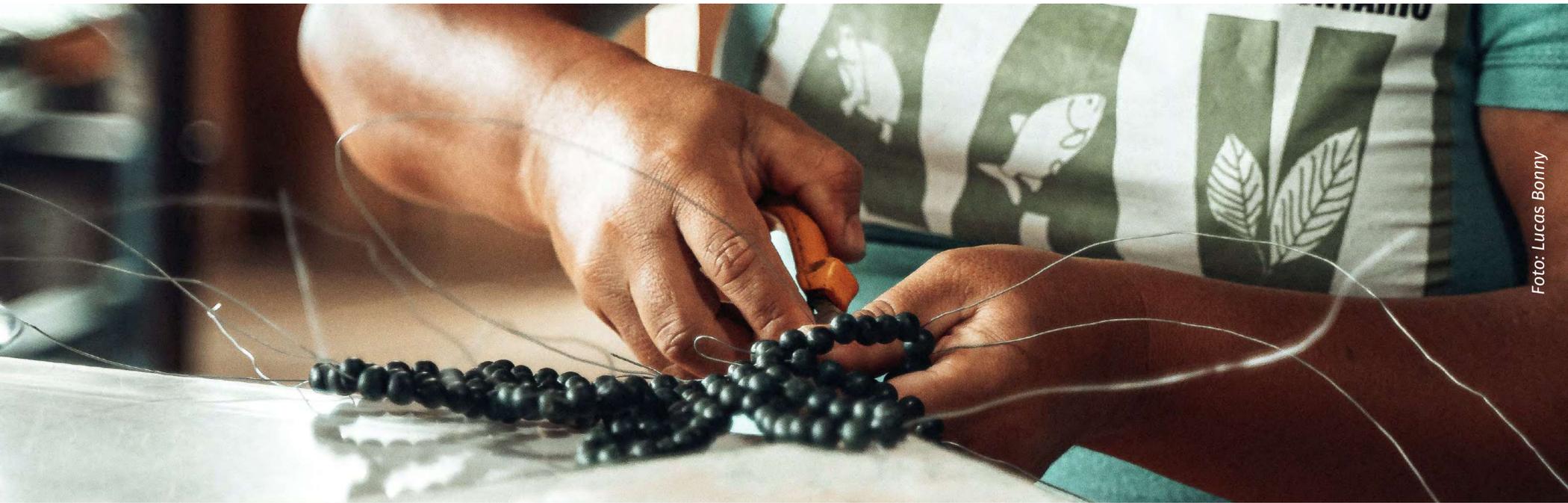


Foto: Lucas Bonny

- **ARTICULAÇÕES NECESSÁRIAS:** A agenda demanda coordenação entre MCTI e suas agências (FINEP, CNPq) para financiamento, MDIC para políticas industriais e SUFRAMA para integração com o Polo Industrial de Manaus. Governos estaduais apoiam na criação de bancos de dados regionais e na coordenação local. Embrapa, INPA, CBA e universidades contribuem com a caracterização técnico-científica e o desenvolvimento de protótipos. Empresas da bioeconomia são potenciais usuárias e coinvestidoras em inovação, enquanto organizações da sociedade civil e associações de produtores apoiam na coleta de dados e disseminação de tecnologias junto à base produtiva.
- **PRAZO DE ATIVAÇÃO - CURTO PRAZO:** É possível iniciar o levantamento de dados, a padronização de metodologias e a articulação entre os primeiros parceiros em até 2 anos.



Foto: Rodolfo Pongelupe

| Plataforma para Empreendedores Identificarem Fontes de Financiamento

Ampliar o acesso a capital é condição para que negócios da bioeconomia saiam da escala experimental e alcancem mercados mais robustos. Uma plataforma digital que consolida informações sobre linhas de crédito, editais de fomento, fundos de investimento, subvenções e investidores de impacto. Com isso, reduz a assimetria de informação e facilita a tomada de decisão dos empreendedores. Ao atuar como ponte entre a oferta e a demanda de recursos, a iniciativa reduz custos de transação, agiliza a captação e amplia a formalização e a escala dos empreendimentos. Com critérios de elegibilidade, prazos e requisitos organizados em um só ambiente, a plataforma de-



democratiza o acesso a oportunidades e atrai novos investimentos para o setor, contribuindo para transformar boas ideias em negócios consolidados.

- **COMO:** O desenvolvimento prevê a criação de uma estrutura digital intuitiva, com mecanismos de busca inteligente e personalização de resultados. Além de reunir dados atualizados sobre fontes de financiamento, a plataforma pode integrar conteúdos de apoio — como guias para preparação de propostas e acesso a serviços de mentoria — que fortaleçam a capacidade dos empreendedores de captar recursos. A manutenção depende de um mapeamento contínuo das oportunidades, categorizadas por tipo de negócio, estágio de maturidade e perfil dos proponentes, com ampla divulgação em parceria com redes locais.

- **ARTICULAÇÕES NECESSÁRIAS:** Órgãos governamentais federais e estaduais garantem apoio institucional e regulatório. Bancos públicos, cooperativas de crédito, fundos de investimento de impacto e agências de fomento fornecem informações e capital. Organizações de apoio, como SEBRAE, incubadoras e aceleradoras, contribuem na divulgação e no suporte técnico. Associações de produtores e organizações da sociedade civil atuam como usuários-chave, testando a plataforma, avaliando a ferramenta e disseminando informações junto às comunidades.

- **PRAZO DE ATIVAÇÃO - CURTO PRAZO:**

O desenvolvimento da plataforma, o mapeamento contínuo das fontes e a consolidação das informações, além de sua efetiva disseminação e engajamento dos usuários, demanda um esforço coordenado e investimentos moderados que são possíveis de dar início em até 2 anos.

| Estruturas Regionais Compartilhadas (Unidades de Bioindustrialização na Origem)

Descentralizar a bioindustrialização permite agregar valor diretamente na base das cadeias produtivas, reduzindo custos logísticos e ampliando a renda local. Unidades de beneficiamento instaladas nas regiões produtoras processam minimamente insumos da sociobiodiversidade — como óleos, polpas ou fibras — antes do transporte, garantindo que parte significativa do valor agregado permaneça com as comunidades. Essa abordagem responde ao desafio geográfico da Amazônia, democratiza o acesso à transformação industrial e fortalece a viabilidade econômica da agricultura familiar e do extrativismo, ao mesmo tempo em que complementa o papel do Polo Industrial de Manaus como centro de processamento avançado.

- **COMO:** Já existem tecnologias de beneficiamento adequadas, como prensas, despoldadeiras ou secadores. Deve-se priorizar equipamentos modulares e compatíveis com a operação comunitária, incluindo soluções energéticas renováveis. A estratégia pode se apoiar nestes modelos já testados adaptando governança, operação e financiamento às condições locais. É fundamental estruturar arranjos que assegurem a sustentabilidade financeira das unidades, seja por meio de cooperativas, parcerias público-privadas ou fundos de impacto.

- **ARTICULAÇÕES NECESSÁRIAS:** A agenda envolve ministérios e secretarias estaduais de agricultura, meio ambiente e desenvolvimento econômico no fomento e regulação. Instituições de pesquisa como Embrapa, INPA, CBA e universidades contribuem no desenvolvimento tecnológico e na capacitação. O setor privado, incluindo fornecedores de equipamentos e empresas compradoras de insumos, pode garantir investimento e demanda por produtos processados na origem. Organizações comunitárias são protagonistas na gestão e operação das unidades, enquanto bancos de fomento, cooperativas de crédito e fundos de investimento oferecem instrumentos financeiros adaptados.





- **PRAZO DE ATIVAÇÃO - MÉDIO PRAZO:** Estima-se que a consolidação dessas estruturas e sua expansão demandarão investimentos e maturação entre 2 e 5 anos, envolvendo construção, aquisição de equipamentos e treinamento de equipes locais.

| Políticas de incentivo para equalizar custos logísticos

Sem logística competitiva, a bioeconomia amazônica não chega ao mercado. Reduzir o “custo amazônico” da logística é condição para que os produtos da sociobiodiversidade alcancem competitividade em mercados nacionais e internacionais. Incentivos fiscais, subsídios ao frete, melhoria de modais e criação de hubs logísticos regionais podem equalizar os custos de transporte e ampliar a escala da bioeconomia. Essa abordagem ataca um dos maiores gargalos estruturais da região, permitindo que cadeias produtivas diversas se tornem economicamente viáveis, com inclusão de produtores locais em mercados mais exigentes.

• **COMO:** Criar grupo de trabalho interinstitucional para diagnosticar custos por modal e cadeia produtiva. E modelar financeiramente o subsídio ao frete que pode ser aplicado a cadeias estratégicas, como castanha, açaí processado e óleos. Paralelamente, é necessário investir na modernização da infraestrutura multimodal, com foco em hidrovias e pequenos portos, e na digitalização de processos de transporte e rastreamento. Incentivos fiscais adicionais podem estimular soluções logísticas compartilhadas que reduzam custos para pequenos produtores.

• **ARTICULAÇÕES NECESSÁRIAS:** O Ministério da Fazenda, o MDIC, o Ministério dos Transportes e a SUFRAMA são centrais para estruturar políticas fiscais e de infraestrutura. Governos estaduais e municipais devem apoiar a execução de projetos locais. Empresas de logística, desenvolvedores de tecnologia e grandes compradoras de produtos atuam em parcerias público-privadas em contratos de longo prazo que assegurem volumes de carga. Organizações comunitárias contribuem na identificação de gargalos e na gestão de soluções compartilhadas, enquanto institutos de pesquisa podem desenvolver estudos aplicados e capacitar atores locais em gestão logística.

• **PRAZO DE ATIVAÇÃO - MÉDIO PRAZO:** Enquanto estudos específicos podem ser realizados em curto prazo, a formulação, aprovação e implementação de políticas fiscais e de infraestrutura que equalizem custos logísticos de forma eficaz demandam debates complexos e investimentos significativos, com resultados mais tangíveis aparecendo entre 2 e 5 anos.

| Plantas-piloto regionais para testes de bioativos e protótipos

Testar processos em pequena escala e com eficiência para preparar o caminho para a produção em larga escala. Plantas-piloto oferecem a infraestrutura semi-industrial necessária para validar processos biotecnológicos e protótipos com bioativos amazônicos, simulando condições reais de produção e reduzindo o risco de investimentos em larga escala. Ao preencher a lacuna entre pesquisa laboratorial e manufatura, criam as condições para acelerar a inovação, gerar dados técnicos robustos e atrair capital para a bioindustrialização.

• **COMO:** Criar plano diretor de infraestrutura que defina prioridades e modelos de negócio baseados em cooperação entre academia e indústria. A seleção estratégica de bioativos de maior potencial de mercado e impacto socioambiental orienta a instalação das primeiras unidades. O desenho modular das plantas permite adaptação a diferentes contextos produtivos, enquanto linhas de financiamento com arranjos de investimento público-privado garantem sua viabilidade.

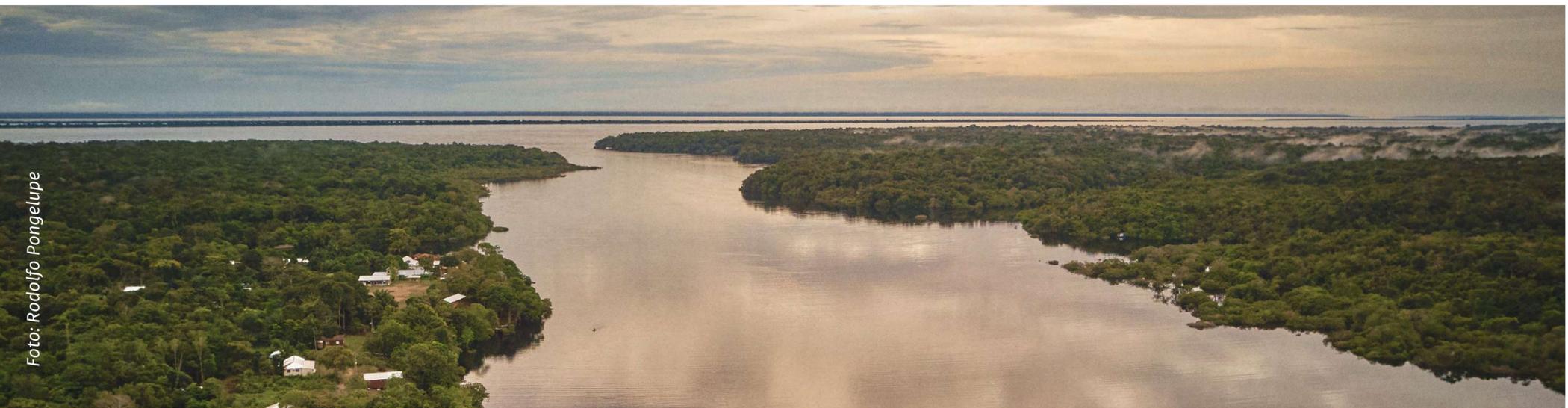
- **ARTICULAÇÕES NECESSÁRIAS:** MCTI, MDIC, SUFRAMA e fundações de amparo à pesquisa têm papel central no fomento, regulação e financiamento. Instituições como INPA, CBA, Embrapa e Universidades contribuem no desenvolvimento de bioativos e na validação técnico-científica. O setor privado — indústrias, startups e empresas de cosméticos e farmacêuticos — atua como investidor e usuário dos resultados. Comunidades tradicionais, como detentoras de conhecimento associado à biodiversidade, participam por meio da Consulta Livre, Prévia e Informada e da repartição justa de benefícios, assegurando legitimidade e retorno econômico local.
- **PRAZO DE ATIVAÇÃO - MÉDIO PRAZO:** A implementação de plantas-piloto exige planejamento técnico-científico robusto, investimentos significativos em infraestrutura especializada e um período de validação de processos, que tipicamente se estende de 2 a 5 anos para estarem plenamente operacionais e gerarem resultados tangíveis.

| Mapeamento de insumos industriais para substituir por bioativos amazônicos

Substituir insumos fósseis por bioativos amazônicos é transformar dependência externa em soberania tecnológica. A partir das demandas concretas da indústria, esse mapeamento identifica insumos sintéticos ou de origem fóssil em setores como cosméticos, alimentos e químicos e os correlaciona a bioativos amazônicos com funcionalidades equivalentes ou superiores. Essa abordagem, orientada pela demanda, reduz riscos de investimento em P&D, acelera a inovação e cria uma ponte pragmática entre mercado e biodiversidade, fomentando a descarbonização e agregando valor às cadeias produtivas.

• **COMO:** Criar grupo técnico-consultivo envolvendo indústria e academia para definir setores e insumos prioritários. Em seguida, são levantados os principais insumos importados, considerando volume, valor e função. Esses dados são cruzados com bancos fitoquímicos e etnobotânicos já existentes, como os da Embrapa e do INPA, resultando em uma matriz preliminar de substituição acompanhada do nível de prontidão tecnológica de cada bioativo.

- **ARTICULAÇÕES NECESSÁRIAS:** O MCTI, via FINEP, financia e direciona editais de P&D. O MDIC, por meio da ABDI, conecta as descobertas às políticas de neointustrialização e incentivos econômicos. Embrapa e INPA oferecem base científica e validam bioativos. Associações setoriais de cosméticos, química e alimentos asseguram a aderência às necessidades reais da indústria. O CGEN garante conformidade legal no acesso ao patrimônio genético e na repartição de benefícios, estabelecendo segurança jurídica e atraindo investimentos.
- **PRAZO DE ATIVAÇÃO - CURTO PRAZO:** Esta é uma ação de planejamento estratégico, prospecção e articulação institucional. Seus principais resultados — o mapa de oportunidades, a matriz de substituição e a editais para destinação de investimentos direcionados de P&D para este fim — podem ser desenvolvidos e entregues em até 2 anos.



AGENDA 2: CONCESSÕES FLORESTAIS

As concessões florestais são consideradas um **instrumento estratégico fundamental** para o PTEB, buscando harmonizar a exploração econômica dos recursos florestais com a conservação ambiental e a promoção do desenvolvimento sustentável. Este mecanismo visa **gerar receita pública e impulsionar cadeias produtivas compatíveis com a floresta**, atuando como catalisador para o fornecimento de produtos da bioeconomia amazônica.

| Reconhecimento/Regularização de Territórios Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais

A regularização fundiária garante legitimidade social e segurança jurídica para as concessões florestais, transformando potenciais conflitos em arranjos cooperativos para a bioeconomia. Ao formalizar a posse e o direito de uso da terra por povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, criam-se condições para contratos de longo prazo, eliminação de sobreposições e integração entre concessões florestais e territórios tradicionais. Esse arranjo possibilita sinergias institucionais, reduz riscos de judicialização e fortalece a participação direta das comunidades na oferta de produtos florestais não madeireiros e serviços ecossistêmicos.

- **COMO:** O avanço depende de um mapeamento geoespacial detalhado de áreas com sobreposição de pedidos de regularização e potenciais concessões florestais. Processos fundiários devem ser digitalizados e desburocratizados, com uso de tecnologias. Criação de um Grupo de Trabalho Executivo Multissetorial para acelerar análises e implementar protocolos simplificados em áreas de baixo conflito. É essencial integrar a Consulta Livre, Prévia e Informada - CLPI desde as fases iniciais, além de garantir apoio jurídico e técnico às comunidades para plena participação.

- **ARTICULAÇÕES NECESSÁRIAS:** O INCRA deve priorizar titulações em áreas estratégicas, criando mecanismos ágeis de análise. A FUNAI tem papel central na conclusão de processos de demarcação e homologação de Terras Indígenas, com acompanhamento em comitês consultivos permanentes. O Serviço Florestal Brasileiro - SFB e as secretarias estaduais de meio ambiente precisam alinhar os Planos de Outorga Florestal às áreas regularizadas, evitando sobreposições e assegurando o consentimento territorial prévio. O Ministério Público Federal e os MPs Estaduais podem acelerar processos por meio de TACs e mediação de conflitos. Organizações da sociedade civil e associações comunitárias fortalecem a representação local, oferecem apoio jurídico e monitoram a implementação, garantindo transparência e proteção de direitos.

- **PRAZO DE ATIVAÇÃO - MÉDIO PRAZO:** Embora a decisão política e os primeiros passos possam ser tomados no curto prazo, a complexidade dos processos fundiários, jurídicos e sociais envolvidos faz com que a conclusão de um número significativo de regularizações leve entre 2 e 5 anos.

| Tecnificação do extrativismo com equipamentos que aumentem produtividade e segurança

Equipamentos certos transformam esforço físico excessivo em produtividade e segurança para quem vive do extrativismo. A modernização do extrativismo depende da adoção de tecnologias que aumentem eficiência, reduzam perdas e tornem o trabalho mais atrativo para as comunidades. Investir em soluções adaptadas às condições amazônicas eleva a rentabilidade da atividade, dignifica o trabalho e amplia a participação de mulheres, jovens e idosos, fortalecendo a base da bioeconomia e incentivando a permanência das populações em seus territórios.

• **COMO:** É necessário focar em demandas específicas em cadeias como castanha, açaí e óleos. A partir daí, podem ser testados e adaptados equipamentos de baixo custo e fácil manutenção, preferencialmente movidos a energia solar ou manual. É necessário disponibilizar estes equipamentos em uma escala que permita validar as soluções em campo. Aliado a isso, esforços de capacitação preparam os extrativistas para operar e manter os equipamentos. Linhas de financiamento acessíveis e assistência técnica contínua asseguram a ampla adoção e efetividade das tecnologias para qualificar o extrativismo.

• **ARTICULAÇÕES NECESSÁRIAS:** O MDA e o MAPA têm papel central no fomento e na assistência técnica rural, enquanto o MCTI, por meio da FINEP e do CNPq, pode apoiar o desenvolvimento de tecnologias adaptadas. Secretarias estaduais de agricultura e desenvolvimento econômico são responsáveis pela execução local. Instituições de pesquisa e universidades regionais desenvolvem e validam soluções técnicas. O setor privado — fabricantes de equipamentos, startups e empresas compradoras — pode investir em customização e escalonamento das tecnologias. Organizações comunitárias validam e disseminam os equipamentos junto às bases, enquanto bancos de fomento, cooperativas de crédito e fundos de impacto oferecem instrumentos financeiros para aquisição e infraestrutura.

• **PRAZO DE ATIVAÇÃO - MÉDIO PRAZO:** O desenvolvimento, teste e disseminação de equipamentos adaptados, juntamente com a capacitação e o acesso a financiamento, demandam um esforço coordenado e um tempo de maturação que se situa entre 2 e 5 anos para resultados significativos.

| Parcerias para Campanhas de Valorização e Combate à Desinformação sobre a Sociobioeconomia

A valorização da sociobioeconomia depende tanto de boa comunicação quanto de bons produtos. Campanhas estratégicas podem transformar a percepção pública sobre os ativos da sociobiodiversidade amazônica, elevando seu valor e combatendo práticas de desinformação que enfraquecem mercados legítimos. Essa abordagem fortalece a credibilidade dos produtos e cria demanda consistente, assegurando que o trabalho comunitário e o valor da floresta sejam reconhecidos e pagos no ponto de venda. Além disso, permite reposicionar concessões florestais e cadeias produtivas como soluções exemplares de conservação produtiva.

- **COMO:** Criar comitê estratégico para construir uma narrativa compartilhada e definir mensagens-chave. Os primeiros passos incluem oficinas de cocriação com produtores e especialistas, produção de conteúdos autênticos (vídeos, receitas, histórias de origem) e um protocolo de monitoramento e resposta rápida a desinformação e a associação de produtos à Amazônia sem que tenham relação real com ela (*place-washing*). Paralelamente, parcerias com grandes varejistas, chefs e influenciadores digitais garantem visibilidade e engajamento, enquanto acordos institucionais ampliam a legitimidade das campanhas.

- **ARTICULAÇÕES NECESSÁRIAS:** O MMA, o MAPA e a Embratur oferecem respaldo institucional e articulam estratégias nacionais. O MCTI pode prover dados científicos e apoiar estudos sobre impacto comunicacional. Agências de publicidade e marketing lideram o desenvolvimento das campanhas. Produtores e associações comunitárias asseguram autenticidade das narrativas. Grandes redes varejistas, chefs de cozinha e influenciadores ampliam o alcance e popularizam os produtos. Universidades e institutos de pesquisa contribuem com tradução científica e formação de profissionais de comunicação pública especializados em bioeconomia.

- **PRAZO DE ATIVAÇÃO - CURTO PRAZO:** O início das parcerias e campanhas piloto pode ser em curto prazo. Levando em conta que a construção de uma marca sólida, a mudança na percepção do consumidor e o combate eficaz à desinformação exigem um esforço contínuo e integrado que se concretiza em um horizonte de 2 a 5 anos para resultados estruturantes.

| Fomento ao Enoturismo Indígena e Turismo de Base Comunitária em Áreas Concedidas

Transformar a floresta em destino é uma forma de conservar e gerar renda qualificada para quem a protege. A integração do etnoturismo e do turismo de base comunitária aos contratos de concessão florestal cria novos modelos de negócio, nos quais concessionárias e comunidades compartilham responsabilidades e benefícios. Em vez de limitar a relação às medidas compensatórias, essa proposta estabelece cadeias de valor de serviços culturais e territoriais, ampliando a matriz econômica das concessões e fortalecendo a governança comunitária. O diferencial está na criação de um ativo intangível — a experiência sociocultural e ambiental — que se soma ao manejo florestal, tornando-se parte da viabilidade econômica e agregando valor direto à floresta em pé e ao conhecimento tradicional.

Foto: Dirce Quintino

• **COMO:** Revisar editais e contratos de concessão pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), incluindo formalmente o turismo como uso previsto e valorizado. Incentivar que as concessões já existentes oportunizem o potencial turístico desenvolver, junto às comunidades, protocolos de visitação, repartição de benefícios e salvaguardas socio-culturais, sempre com base na Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI). A capacitação em gestão, hospitalidade e guiagem, combinada a investimentos em infraestrutura mínima e sustentável, garante a qualidade da experiência. Paralelamente, devem ser estruturados canais de promoção e comercialização que conectem diretamente comunidades e mercado consumidor, assegurando remuneração justa e sustentabilidade de longo prazo.

• **ARTICULAÇÕES NECESSÁRIAS:** O MMA, o ICMBio, o SFB, o Ministério do Turismo e o Ministério dos Povos Indígenas asseguram a regulamentação, o respaldo institucional e a proteção dos direitos territoriais e culturais. Bancos de fomento, como BNDES e BASA, precisam criar linhas de crédito específicas. Governos estaduais e suas secretarias de turismo e meio ambiente podem adaptar marcos regulatórios e estruturar inventários turísticos. Organizações da sociedade civil contribuem com capacitação e mediação cultural. O setor privado conecta os empreendimentos comunitários ao mercado, enquanto concessionárias oferecem suporte logístico e investimento conjunto. As próprias comunidades são protagonistas, definindo produtos, regras e gestão dos projetos, assegurando soberania e protagonismo em seus territórios.

• **PRAZO DE ATIVAÇÃO - CURTO PRAZO:** As ações iniciais, como os ajustes regulatórios nos editais de concessão pelo SFB e investimento na estruturação para receber turistas envolvendo comunidades e concessionárias parceiras, podem ser implementadas em um ciclo curto, gerando aprendizados rápidos para a escala do modelo.

AGENDA 3: ESTRATÉGIA NACIONAL DE BIOECONOMIA - BIOECONOMIA COM ÊNFASE EM SISTEMAS AGRO-ALIMENTARES

A agenda busca regionalizar a Estratégia Nacional de Bioeconomia na Amazônia Ocidental, promovendo sistemas produtivos de baixo impacto ambiental capazes de manter a floresta em pé e gerar viabilidade econômica. Prioriza a adoção de **Sistemas Agroflorestais (SAFs), Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), conversão de pastagens degradadas**, arranjos produtivos locais e programas de compras públicas de alimentos. Também incentiva o **manejo sustentável**, a **exportação de produtos extrativistas não-madeireiros** e a **criação de mecanismos de pagamento por serviços ambientais**. O foco recai no beneficiamento e processamento mínimo dos alimentos, ampliando sua comercialização e integração em cadeias de valor mais sofisticadas.

| ATER especializada para cadeias da sociobiodiversidade: SAFs biodiversos, PFMNs, boas práticas de colheita/pós-colheita

Garantir assistência técnica especializada é transformar a sociobiodiversidade amazônica em cadeias produtivas qualificadas e conectadas aos mercados de maior valor. A ATER voltada para a sociobiodiversidade cria uma ponte técnico-científica entre o conhecimento ancestral das comunidades e as exigências de qualidade da bioindústria moderna. Seu foco está em desenvolver protocolos específicos para espécies que não possuem pacotes tecnológicos estabelecidos, preenchendo uma lacuna crítica de conhecimento aplicado. Integra saberes etnobotânicos, práticas de manejo sustentável, protocolos de colheita e pós-colheita que preservam a regeneração natural, e metodologias de certificação de origem. Essa abordagem fortalece a profissionalização de produtores familiares e comunidades tradicionais. O resultado esperado é a melhoria da qualidade, padronização e rastreabili-

dade dos produtos, ampliando o acesso a mercados diferenciados e garantindo a sustentabilidade ecológica dos sistemas produtivos.

- **COMO:** Começar com a criação de centros de referência técnica regionais, responsáveis por capacitar extensionistas em protocolos adaptados a cada cadeia prioritária. É necessário desenvolver currículos modulares que unam ciência e saber tradicional, além de parcerias com institutos de pesquisa para validar práticas e tecnologias. Sistemas de monitoramento da qualidade produtiva devem ser estruturados com base em indicadores ecológicos e econômicos, enquanto multiplicadores locais e redes de conhecimento fortalecem a disseminação das metodologias e a conexão com mercados especializados.

- **ARTICULAÇÕES NECESSÁRIAS:** A efetividade dessa proposta depende da reestruturação de instituições estaduais de assistência técnica, como EMATER nas regiões específicas e IDAM, para formar núcleos especializados em sociobiodiversidade. O MCTI e institutos de pesquisa podem validar os protocolos de manejo e pós-colheita, enquanto o MDA deve adaptar linhas de crédito do PRONAF para financiar equipamentos e certificações. SEBRAE tem papel no desenvolvimento empresarial de empreendimentos comunitários e as universidades regionais podem atuar na extensão tecnológica, formando profissionais especializados. A cooperação entre esses atores garante escala, legitimidade científica e sustentabilidade econômica para a ATER voltada à sociobiodiversidade.

- **PRAZO DE ATIVAÇÃO - CURTO PRAZO:** O desenvolvimento de protocolos técnicos específicos, capacitação de extensionistas e validação de metodologias integradas entre conhecimento científico e tradicional, exigindo investimentos moderados em infraestrutura e formação técnica especializada pode ser iniciado imediatamente.



Foto: Michael Dantas

| Programa de apoio à regularização sanitária e fiscal de empreendimentos bioindustriais comunitários

A regularização de empreendimentos comunitários abre portas de acesso a mercados de maior valor, com legitimidade e escala. O programa de apoio atua sobre um dos gargalos mais críticos da bioeconomia de base comunitária: a dificuldade de adequação às normas sanitárias e fiscais vigentes. A proposta combina suporte técnico, jurídico e financeiro para viabilizar a conformidade com as exigências da ANVISA e do MAPA, ao mesmo tempo em que promove regimes tributários simplificados e adaptados à realidade dos pequenos produtores. Ao superar esse entrave regulatório, amplia-se a inserção em mercados nacionais, compras públicas e exportações, fortale-



ecendo a renda local e consolidando empreendimentos comunitários como agentes relevantes da bioindustrialização amazônica.

- **COMO:** Iniciar pelo levantamento das exigências sanitárias e fiscais em comparação à capacidade operacional dos empreendimentos comunitários. A partir daí, estruturar trilhas de conformidade simplificadas e escalonáveis, incluindo selos de certificação adaptados à sociobiodiversidade. Unidades móveis de apoio técnico e jurídico, preparadas para emissão de documentos fiscais e orientações sanitárias no local de produção, reduzem custos de adequação. Os projetos-piloto permitem testar e ajustar os padrões a serem aplicados regionalmente.

- **ARTICULAÇÕES NECESSÁRIAS:** A efetividade requer coordenação entre ANVISA e MAPA na criação de registros simplificados e protocolos específicos, com integração ao MMA e MDA como política estratégica da bioeconomia. SEFAZ e Receita Federal podem propor regimes fiscais diferenciados que incentivem a formalização, enquanto governos estaduais devem adaptar legislações e criar balcões de regularização regional. Universidades e institutos de pesquisa contribuem com metodologias de controle de qualidade de baixo custo, e organizações comunitárias têm papel central na mobilização e validação local. O SEBRAE e as instituições de ATER complementam com capacitação e consultoria, assegurando a sustentabilidade do processo de regularização.

- **PRAZO DE ATIVAÇÃO - MÉDIO PRAZO:** A implementação exige não apenas ajustes regulatórios complexos que demandam diálogo interinstitucional e adaptação de marcos legais existentes, mas também a construção e consolidação de uma infraestrutura de suporte descentralizada e a capacitação contínua das comunidades.

| Programa de incentivo (aquisição/distribuição) para adoção ampla de bio defensivos e biofertilizantes regionais

Substituir insumos químicos importados por soluções biológicas regionais é garantir soberania produtiva, reduzir impactos ambientais e gerar inovação industrial na Amazônia. O programa de incentivo para adoção de bio defensivos e biofertilizantes regionais atua como elo entre pesquisa científica, produção industrial local e uso massificado no campo. Seu diferencial está em criar um mercado estruturante que justifique o investimento em biofábricas regionais, viabilizando a transformação de ativos biológicos da floresta em produtos acessíveis e competitivos para agricultores familiares e comunidades. Com isso, reduz a dependência de insumos dolarizados, melhora a saúde dos ecossistemas, gera empregos qualificados e posiciona a Amazônia como polo de tecnologia limpa.

- **COMO:** A implementação deve partir das demandas produtivas e da capacidade já instalada em institutos de pesquisa e universidades, seguido pelo desenho de mecanismos de incentivo como linhas de crédito específicas, programas de compras públicas e subsídios diretos aos produtores. A distribuição deve ser apoiada por redes de ATER, consórcios intermunicipais e cooperativas, garantindo capilaridade e acompanhamento técnico.

- **ARTICULAÇÕES NECESSÁRIAS:** O programa demanda coordenação entre MDA e MAPA para alinhar crédito e compras públicas, MCTI e Finep para financiar inovação e produção, e BNDES para estruturar investimentos em biofábricas. O MMA deve integrar a ação às metas de conservação e restauração. Embrapa, INPA e universidades fornecem validação científica, protocolos de uso e capacitação técnica. Governos estaduais e municipais atuam na ponta, cadastrando produtores e estruturando centros de distribuição. O setor privado e as cooperativas





podem operar biofábricas e canais de comercialização, enquanto povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais devem participar do comitê gestor e da repartição justa de benefícios associados ao uso de conhecimentos e ativos biológicos.

Foto: Michael Dantas



| Universalizar acesso à água potável e energia a custos acessíveis (processamento mínimo, armazenamento, conservação)

Garantir água potável e energia acessível é desbloquear a infraestrutura mínima que permite às comunidades amazônicas transformarem sua produção em valor agregado. A universalização do acesso não se limita ao consumo humano básico, mas envolve a criação de condições para o processamento mínimo, o armazenamento e a conservação de produtos da sociobiodiversidade. Com soluções descentralizadas e renováveis - como energia solar, biomassa e micro centrais hidrelétricas - e tecnologias simples de tratamento de água, reduz-se o custo da logística, permitindo que comunidades e pequenos produtores capturem maior valor de sua produção. Esta ação funciona como catalisador transversal da bioeconomia: sem água e energia, cadeias produtivas de alimentos, óleos, frutos e pescados não alcançam escala nem qualidade para acessar mercados mais exigentes.

• **COMO:** A estratégia combina políticas públicas de fomento, infraestrutura adaptada e modelos de governança comunitária. Na prática, envolve subsídios e linhas de crédito para energia renovável descentralizada e sistemas de água potável, instalação de microrredes solares e unidades de processamento e refrigeração próximas aos locais de produção, além do uso de soluções móveis como balsas-fábrica. A gestão comunitária deve ser fortalecida por meio de capacitação técnica e criação de cooperativas locais de água e energia, garantindo sustentabilidade financeira e apropriação social.





- **ARTICULAÇÕES NECESSÁRIAS:** O MME, o MAPA e o MDA devem alinhar políticas de infraestrutura energética e hídrica com as cadeias da bioeconomia, enquanto a ANA e a ANEEL asseguram regulação e licenciamento. Estados e municípios têm papel central na execução, adaptando diretrizes às realidades locais e integrando as metas a planos de saneamento e energia. Embrapa, INPA, institutos federais e universidades regionais fornecem soluções técnicas e monitoramento. Bancos de fomento, como BNDES e Banco da Amazônia, podem estruturar linhas de crédito e blended finance, complementados por fundos como Fundo Amazônia e Fundo Clima. O setor privado, especialmente empresas de energia e indústrias compradoras de produtos amazônicos, pode investir em infraestrutura dentro de suas cadeias de suprimento. Povos indígenas, comunidades tradicionais e associações de produtores devem participar da gestão local e de plataformas multissetoriais de governança, assegurando legitimidade e sustentabilidade das soluções implementadas.

- **PRAZO DE ATIVAÇÃO - CURTO PRAZO:** Existe tecnologia adaptada para maior parte das realidades do interior da Amazônia Ocidental. É necessário um processo em escala e sistemático de atuação sobre essa lacuna com investimentos compatíveis.

| Destruar programas de compras públicas que priorizam agricultura familiar/sistemas sustentáveis

O poder de compra do Estado deve ser um dos motores para estruturar e garantir mercado para a agricultura familiar e a sociobiodiversidade amazônica. A proposta consiste em otimizar os mecanismos de aquisição governamental, especialmente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), de modo a direcionar de forma efetiva a demanda institucional para produtos da agricultura familiar e de sistemas agroalimentares sustentáveis na Amazônia Ocidental e no Amapá. Isso significa operacionalizar a legislação existente, adaptando-a às condições amazônicas para que a compra pública se traduza em mercados estáveis e previsíveis, reduzindo a informalidade, fomentando a agregação de valor, ampliando a renda das comunidades e fortalecendo práticas como os Sistemas Agroflorestais (SAFs) e o manejo sustentável. O diferencial desta proposta é atuar na criação de um mercado de escala garantida e de baixo risco, algo que outras intervenções não oferecem, gerando um efeito multiplicador capaz de viabilizar investimentos produtivos a montante e, ao mesmo tempo, descarbonizar a base alimentar do setor público com inclusão social e conservação da floresta em pé.

- **COMO:** Trabalhar em parceria diretrizes simplificadas e específicas para o contexto amazônico, flexibilizando processos sem comprometer a transparência. É necessário implementar um sistema de assistência técnica que habilite os produtores para acessar os programas — com apoio em documentação, emissão de notas fiscais e adequação sanitária — e estruturar hubs logísticos descentralizados que facilitem coleta, armazenamento e distribuição. Ferramentas digitais podem aproximar oferta e demanda de forma eficiente, superando parte do chamado “custo amazônico”.

- **ARTICULAÇÕES NECESSÁRIAS:** O sucesso depende da coordenação entre o FNDE/MEC e o MDS para revisar normativas do PNAE e do PAA e adaptá-las à realidade da bioeconomia amazônica, inclusive criando categorias prioritárias para produtos da sociobiodiversidade. Secretarias estaduais e municipais de educação e assistência social devem alinhar demanda e oferta local por meio de câmaras técnicas regionais, enquanto IDAM, EMATER e SEBRAE precisam oferecer assistência técnica direcionada para habilitação dos produtores. Cooperativas e associações têm papel central na agregação da produção e na garantia da rastreabilidade, e ANVISA e MAPA devem va-





lidar modelos simplificados de inspeção e certificação que deem segurança sanitária sem inviabilizar os pequenos produtores. O MMA, por meio da Secretaria Nacional de Bioeconomia, deve endossar o uso das compras públicas como instrumento estratégico de fomento, vinculando-as a objetivos de conservação e sustentabilidade.

- **PRAZO DE ATIVAÇÃO - CURTO PRAZO:** Os programas (PAA/PNAE) já existem e a implementação inicial da adaptação e desburocratização pode ser articulada e iniciada em até 2 anos, visando desbloquear os fluxos de compra para a realidade amazônica. Em médio prazo requer a reconfiguração de normativas federais e estaduais, a construção de capacidades institucionais e produtivas, e a implementação de soluções logísticas e tecnológicas adaptadas.

| Estruturar/fortalecer arranjos produtivos locais para otimizar produção, beneficiamento, comercialização.

Fortalecer arranjos produtivos locais é transformar a diversidade amazônica em sistemas organizados capazes de gerar escala, valor agregado e integração com mercados exigentes. A adicionalidade desta proposta está em descentralizar a agregação de valor, evitando que a matéria-prima saia como insumo bruto, e em criar sinergias entre produtos e territórios — como no caso do açaí combinado à piscicultura ou da mandioca integrada ao aproveitamento de resíduos agroflorestais. Mais do que abrir mercados de compra garantida, essa abordagem posiciona as cadeias amazônicas para atender à demanda crescente da indústria de alimentos, cosméticos e bioinsumos, que exige qualidade, rastreabilidade e certificações, e pode atuar como motor de inovação e investimento local.

Para alcançar esse objetivo, a proposta busca estruturar e consolidar Arranjos Produtivos Locais (APLs) em torno de cadeias estratégicas da sociobiodiversidade, organizando produtores familiares e tradicionais em redes formais de produção, beneficiamento e comercialização. Isso significa integrar saberes tradicionais a tecnologias adequadas, como processamento comunitário de frutos, piscicultura em tanques-rede e melhoramento genético adaptado, a fim de reduzir perdas, elevar a qualidade e estimular a bioindustrialização descentralizada.

- **COMO:** Associar esforços de organização de APLs em torno de unidades de processamento compartilhado, apoiados por linhas de crédito específicas (Pronaf, FNO, BNDES) e fundos federais, voltados para cooperativas de castanha, mandioca, açaí e pescado. Programas de pesquisa aplicada, conduzidos por institutos e universidades locais, devem focar em melhoramento genético, técnicas de cultivo sustentável e inovações em beneficiamento. Protocolos de rastreabilidade, certificação de origem e qualidade precisam ser desenvolvidos em parceria com o setor privado, criando condições para acesso a mercados mais sofisticados. A articulação com o setor industrial é chave para garantir que os APLs não sejam apenas espaços de produção primária, mas também respondam às necessidades de inovação e padronização que movem as cadeias globais de valor.

- **ARTICULAÇÕES NECESSÁRIAS:** O fortalecimento dos APLs requer ação conjunta de órgãos federais e estaduais, e secretarias de agricultura e meio ambiente da região, para alinhar políticas de fomento, regulamentações sanitárias e programas de compras públicas. Instituições financeiras como BNDES, BASA e fundos constitucionais devem criar linhas de crédito adaptadas à realidade dos pequenos produtores e cooperativas, reduzindo riscos e ampliando acesso a capital paciente. Universidades e centros de pesquisa têm papel central no desenvolvimento de tecnologias e certificações, enquanto OSCs e cooperativas mobilizam comunidades e asseguram protagonis-



mo local. O setor privado deve ir além do papel de comprador: ao investir em cadeias de suprimento sustentáveis, apoiar programas de fornecedores e codesenvolver produtos, cria o elo entre produção comunitária e demanda industrial, consolidando os APLs como motores da bioeconomia amazônica.

- **PRAZO DE ATIVAÇÃO - MÉDIO PRAZO:** A estruturação e o fortalecimento de APLs demandam um planejamento detalhado, investimentos em infraestrutura de beneficiamento, capacitação contínua e o estabelecimento de canais de comercialização, o que requer um horizonte de 2 a 5 anos para apresentar resultados sistêmicos e consolidados.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

1. A complexidade e interconectividade dos desafios e barreiras devem ser reconhecidas, mas não deve ser um fator de paralisia institucional (inação).
2. Superar a lógica de grupos temáticos e passar para formato de grupos de trabalho com mandatos e atribuições claros para resolver questões específicas.
3. Necessidade de fazer escolhas diante de uma ampla gama de desafios, barreiras e gargalos a superar.
4. Intencionalidade explícita descrita em planos de ação para superar problemas delimitados com prazos bem definidos.
5. Participação e escuta ativa são importantes, mas implicam em custos, tempo e flexibilidade que precisam se adequadamente considerados nos planos.
6. A efetiva integração da indústria local instalada à bioeconomia é um pilar estratégico para capitalizar a biodiversidade amazônica e impulsionar o PTEB.
7. O horizonte de tempo dos planos e iniciativas de desenvolvimento da economia precisa ser alargado significativamente, gerando previsibilidade e permitindo a busca por resultados mais robustos.



QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. Será que o processo de organização e estruturação das cadeias de valor da sociobiodiversidade passa necessariamente pela indução de demanda a partir de grandes players e empresas?
2. Como induzir a instalação de um novo conjunto de empresas no PIM com processos produtivos baseados em ativos da sociobiodiversidade? Quais os incentivos necessários?
3. Como encontrar o equilíbrio entre concentrar os esforços e investimentos nos 3 ou 4 produtos já consolidados ou dispersar esforços e investimento em um número muito grande de produtos e ativos da biodiversidade?
4. Para além dos mecanismos de blended finance, como tornar os investimentos em bionegócios na Amazônia Ocidental viáveis para o capital privado que busca alto impacto e retorno?
5. O horizonte de tempo dos programas, políticas e demais esforços que buscam promover são compatíveis com os tempos da sociobioeconomia?
6. Como garantir que a expansão da bioeconomia regional, com suas unidades de bioindustrialização na origem e tecnologias adaptadas, preserve a autonomia e reconheça os saberes ancestrais das comunidades, evitando modelos exógenos e promovendo a repartição justa de benefícios?
7. Estamos medindo o sucesso para além do PIB da floresta? Como incorporar métricas de integridade ecológica, repartição de benefícios e fortalecimento da governança comunitária como indicadores centrais do plano?
8. Considerando a visão estratégica de longo prazo do PTEB, como blindar os planos contra a fragmentação e descontinuidade inerentes aos ciclos políticos e burocráticos, garantindo perenidade?
9. Qual o desenho de infraestrutura e logística de baixo impacto que responde às necessidades de escoamento da bioeconomia, sem cair nos erros e passivos socioambientais dos modelos logísticos convencionais?
10. Qual a estratégia para formar e reter o capital humano local — de bioempreendedores a cientistas e técnicos — capaz de liderar e dar sustentação a essa nova economia na própria região?
11. Para além de novas leis, como podemos orquestrar mecanismos jurídicos e administrativos existentes — como simplificações no CGEN (Conselho de Gestão do Patrimônio Genético) ou modelos contratuais inovadores — que desburocratizem e acelerem a adoção industrial de bioativos da sociobiodiversidade?



COMO COMEÇAR

A Amazônia Ocidental e o Amapá têm hoje uma janela única para transformar seu potencial em realidade. O PTEB oferece diretrizes claras: investir em infraestrutura, fortalecer a governança territorial e ampliar a bioindustrialização na origem. Para que isso aconteça, governos, investidores, academia e comunidades precisam agir em conjunto, com urgência e visão de longo prazo.

- **DECISÃO ATIVA E PRIORIZAÇÃO DE ROTAS:** Instituir um mecanismo de governança para forçar decisões e priorizar rotas de ação frente à complexidade, evitando a protelação por inação institucional.
- **REESTRUTURAÇÃO PARA GRUPOS TEMÁTICOS:** Converter grupos temáticos generalistas em Grupos de Trabalho com mandatos explícitos, objetivos mensuráveis e prazos definidos para a resolução de questões específicas.
- **CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO ESTRATÉGICA:** Implementar uma matriz de decisão ágil para selecionar as oportunidades e gargalos mais críticos, concentrando recursos e esforços.
- **MANDATO PARA PLANOS DETALHADOS:** Exigir a elaboração de planos de ação táticos que detalhem intencionalidade, problemas delimitados, metas quantificáveis, responsáveis claros e cronogramas rigorosos.
- **GESTÃO ESTRATÉGICA DA PARTICIPAÇÃO:** Alocar orçamentos e cronogramas específicos para a participação e escuta ativa, gerenciando proativamente os custos, tempo e a flexibilidade necessários.
- **INCENTIVOS PARA INTEGRAÇÃO INDUSTRIAL:** Desenvolver um pacote de incentivos fiscais, linhas de fomento e programas de P&D colaborativos que conectem ativamente a indústria instalada à cadeia de valor da bioeconomia amazônica.
- **INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO:** Formalizar ciclos de planejamento estratégico com horizontes temporais de 5 a 10 anos, assegurando previsibilidade e investimentos consistentes para resultados estruturantes da bioeconomia.



BIBLIOGRAFIA SELECIONADA

ALVES, B. F.; SANTOS, C. R. SFB e os Desafios das Concessões Florestais: Uma Análise da Efetividade Institucional. Rio de Janeiro: Editora Ambiental, 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia - capítulo de contextualização: versão preliminar para considerações da CNBio. Brasília: MMA, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/sbc/comissao-nacionalde-bioeconomia/reunioes/4deg-reuniao-cnbio/informe_capitulo_contexto_pndbio.pdf. Acesso em: 29 jul. 2025.

CASTRO, E. F.; MENDES, G. L. O Papel da Fiscalização no Sucesso das Concessões Florestais. São Paulo: Editora Sustentabilidade, 2024.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). Perspectivas da Bioeconomia Brasileira com Base em Inovações Tecnológicas e de Mercado. Brasília: CGEE, 2024. 150 p.

CENTRO GESTOR ESTRATÉGICO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). Ciência para o desenvolvimento sustentavelmente da Amazônia Legal. Brasília: CGEE, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2025/07/ciencia-para-o-desenvolvimento-sustentavelmente-da-amazonia-legal>. Acesso em: 5 set. 2025.

EMBRAPA. Propostas para ampliar a inovação e transferência de tecnologia na Amazônia: avanços e desafios. Belém: Embrapa, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inpa/pt-br/assuntos/noticias/2025/tecnologias-sociais-sao-estrategias-para-transformacao-social-e-desenvolvimento-sustentavel-na-amazonia>. Acesso em: 5 set. 2025.

FREITAS, Flávio Augusto de; et al. Desenvolvimento de compostos de alto valor agregado a partir de resíduos agroindustriais amazônicos. Manaus: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), 2025. Disponível em: <https://www.fapeam.am.gov.br/projeto-apoiado-pelo-governo-do-amazonas-analisa-o-potencial-de-residuos-agroindustriais-amazonicos/>. Acesso em: 5 set. 2025.

FUNDAÇÃO CENTROS DE REFERÊNCIA EM TECNOLOGIAS INOVADORAS (CERTI). Bioeconomia: o papel das grandes empresas na Amazônia. Florianópolis, 2025. Disponível em: <https://certi.org.br/blog/o-papel-de-grandes-empresas-no-ecossistema-da-bioeconomia-na-regiao-da-amazonia/>. Acesso em: 5 set. 2025.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). Análise da Governança em Concessões Florestais no Pará. São Paulo: FGV, 2022.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). Os pequenos agricultores que vivem na Amazônia. Agroanalysis, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/agroanalysis/article/download/80817/77167/171099>. Acesso em: 5 set. 2025.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Bioeconomia e infraestrutura na Amazônia: desafios em transporte e logística de produtos perecíveis. FGV EAESP, 2025. Disponível em: https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/u641/wwf_fgv-ces-bioeconomia_e_infraestrutura_na_amazonia-pt.pdf. Acesso em: 05 set. 2025.



INFLOR. Setor florestal: tendências e projeções para 2025. Blog INFLOR, 25 jan. 2025. Disponível em: <https://inflor.com/pt-br/blog/setor-florestal-tendencias-projecoes/>. Acesso em: 05 set. 2025.

INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA (IMAZON). Manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira: situação atual, desafios e perspectivas. Belém, 2018. Disponível em: <https://amazon.org.br/manejo-florestal-comunitario-na-amazonia-brasileira-situacao-atual-desafios-e-perspectivas/>. Acesso em: 05 set. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Análise da nova “Estratégia Nacional de Inovação”. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/278-analise-da-nova-estrategia-nacional-de-inovacao>. Acesso em: 5 set. 2025.

POLÍTICA POR INTEIRO, 2024. Plano de Transformação Ecológica. Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <https://politicaporinteiro.org/notas-tecnicas-e-outras-analises/>

PORRO, Roberto; PORRO, Noemi Sakiara Miyasaka. Desafios no acesso ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade. Revista Observatório Itaú Cultural, São Paulo, n. 36, 2023. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1159206/1/Desafios-no-acesso-ao-conhecimento.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2025.

SANTOS, Catherine Lobato dos et al. Inovação sustentável na Amazônia: O potencial das startups de bioeconomia. Revista Tecnológica da UTFPR, Curitiba, 2025. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/download/18754/10757>. Acesso em: 5 set. 2025.

SANTOS, Marcos; ALMEIDA, Fernanda. Desafios logísticos na bioeconomia brasileira: impacto da infraestrutura deficiente nas operações. Revista Brasileira de Logística, v. 14, n. 1, p. 78-93, 2024.

SILVA, Eduardo Rodrigues da; SANTOS, Maria Helena. Governança multinível e coordenação interfederativa nas políticas ambientais brasileiras: desafios e perspectivas. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 1-18, mar./abr. 2023. DOI: 10.1590/1679-395120220087.

SPANIOL, Sônia S. et al. Greenwashing in the era of sustainability: A systematic literature review. Corporate Governance and Sustainability Review, v. 9, n. 1, p. 21-45, 2025.

THE NATURE CONSERVANCY BRASIL (TNC BRASIL). Sociobioeconomia para além dos produtos. Brasília: TNC Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.tnc.org.br/conecte-se/comunicacao/artigos-e-estudos/alavancar-sociobioeconomia-brasileira/>. Acesso em: 27 jul. 2025.

TOURINHO, Emmanuel. Infraestrutura científica, tecnológica e educacional na Amazônia. Associação Brasileira de Ciência (ABC), 14 maio 2025. Disponível em: <https://www.abc.org.br/2025/05/15/infraestrutura->





O DIAGNÓSTICO DO PTEB AMAZÔNIA OCIDENTAL

O diagnóstico elaborado para subsidiar o Plano de Transformação Ecológica da Bioeconomia da Amazônia Ocidental (PTEB Amazônia Ocidental), é uma iniciativa realizada pela Fundação Amazônia Sustentável por meio de recursos da Agência Brasileira de Industrialização ABDI.

O diagnóstico buscou mapear (não exaustivamente) e analisar o complexo ecossistema da bioeconomia regional, começando por um levantamento que identificou **230 instrumentos legais e normativos** relacionados ao setor. A partir dessa base regulatória, avançou-se para o mapeamento de **368 iniciativas e esforços** em curso na região, revelando um "boom" de atividades a partir de 2020. O diagnóstico também incluiu uma revisão bibliográfica de **439 referências**.

A profundidade da análise permitiu, então, identificar e interconectar uma ampla **rede de 952 atores** envolvidos na pauta da bioeconomia na Amazônia Ocidental, desde pequenos produtores até grandes instituições. Foram conduzidas **15 entrevistas** com especialistas e partes interessadas, fornecendo perspectivas essenciais para a compreensão do cenário. A análise aprofundada desses dados permitiu a sistematização de **200 desafios, gargalos e barreiras** que limitam o desenvolvimento pleno da bioeconomia na Amazônia Ocidental. Esses obstáculos abrangem desde a burocracia excessiva e as complexidades legislativas, que penalizam principalmente pequenos produtores e empreendedores de base comunitária, até a desarticulação de infraestruturas-chave, como o Polo Industrial de Manaus, das cadeias de valor da sociobiodiversidade.

Em meio aos desafios mapeados, o diagnóstico identificou **55 oportunidades de incidência** estratégicas, bem como as sinergias entre elas. Essas oportunidades estão distribuídas nas **três agendas prioritárias** do PTEB: a bioindustrialização biotecnológica, as concessões florestais e o fomento a sistemas agroalimentares sustentáveis. Este conjunto de oportunidades de incidência foi objeto de duas consultas com múltiplos atores do setor. Nestas consultas um universo de 16 oportunidades de incidência foi priorizado, considerando os critérios: impacto potencial; viabilidade/exequibilidade; urgência e escala de alcance.



Foto: Dirce Quintino



SIGLAS UTILIZADAS

ABDI: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

ANA: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica

ANVISA: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

APG-RB: Acesso ao Patrimônio Genético (ou Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios, conforme contexto de CGEN)

APLS: Arranjos Produtivos Locais

ATER: Assistência Técnica e Extensão Rural

BASA: Banco da Amazônia

CERTI: Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras

CGEN: Conselho de Gestão do Patrimônio Genético

CLPI: Consulta Livre, Prévia e Informada

CAF: Cadastro Nacional da Agricultura Familiar

CNPQ: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DAP: Declaração de Aptidão ao Pronaf

EMATER: Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural

FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FINEP: Financiadora de Estudos e Projetos

FNO: Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

GTS: Grupos de Trabalho

IDAM: Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal do Estado do Amazonas

ILPF: Integração de Lavoura Pecuária e Floresta

MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MCTI: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

MDIC: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

MEC: Ministério da Educação

MMA: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

OSCS: Organizações da Sociedade Civil

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PAOFS: Planos Anuais de Outorga Florestal

PCTS: Povos e Comunidades Tradicionais

P&D: Pesquisa e Desenvolvimento

P&D&I: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

PFNMS: Produtos Florestais Não Madeireiros

PIM: Polo Industrial de Manaus

PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNDBIO: Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia

PTE: Plano de Transformação Ecológica

PTEB AMAZÔNIA OCIDENTAL: Plano de Transformação Ecológica da Bioeconomia na Amazônia Ocidental

SAFS: Sistemas Agroflorestais

SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEDUC: Secretarias Estaduais de Educação

SEFAZ: incluir Secretaria da Fazenda

SEMAS: Secretarias de Assistência Social

SFB: Serviço Florestal Brasileiro

TACS: Termo de Ajustamento de Conduta

TRL: Nível de Prontidão Tecnológica

ZFM: Zona Franca de Manaus

SOBRE A FAS

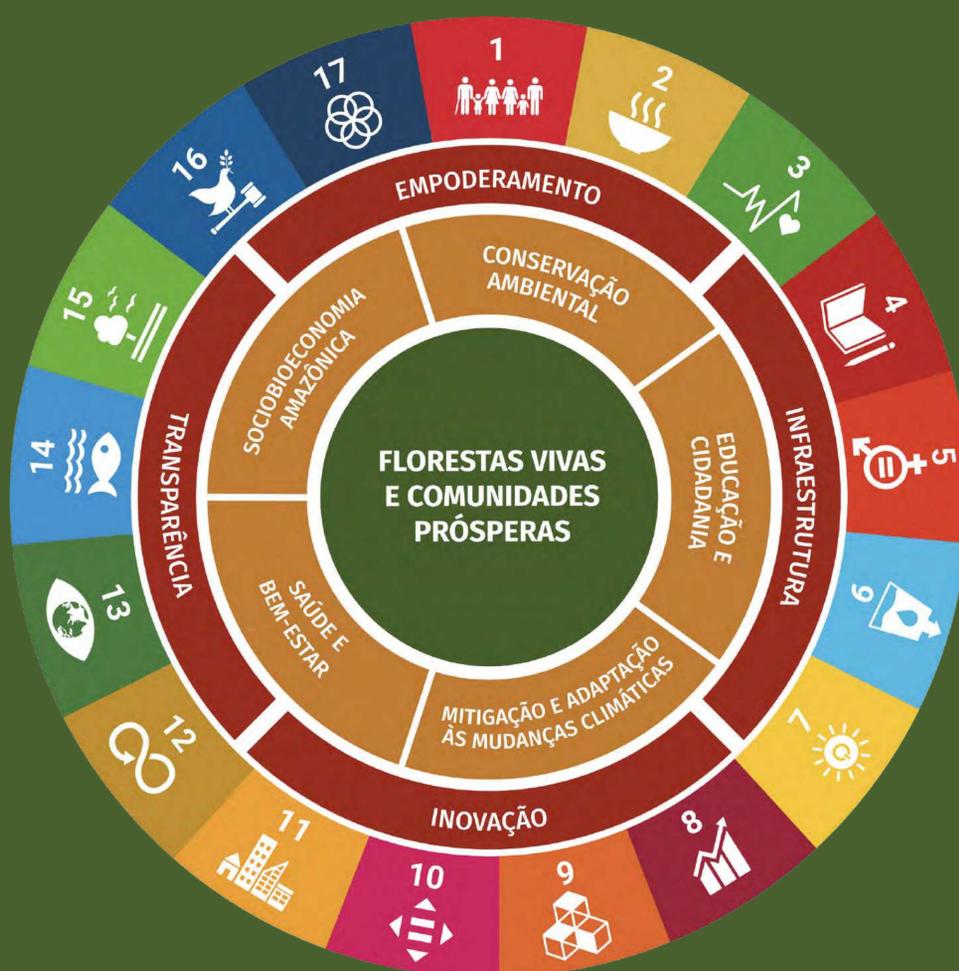
Criada em 2008, a Fundação Amazônia Sustentável (FAS) é uma organização da sociedade civil e sem fins lucrativos que promove o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Reconhecida como uma entidade de assistência social, a FAS trabalha para garantir direitos de populações tradicionais de comunidades ribeirinhas, povos indígenas, quilombolas e periféricos por olhar sistêmico, atuação contextualizada, empoderamento social, desenvolvimento e inovação.

- **MISSÃO:** Contribuir para a conservação ambiental da Amazônia através da valorização da floresta em pé, de sua biodiversidade e da melhoria da qualidade de vida das comunidades ribeirinhas, associadas à implementação de conhecimentos sobre desenvolvimento sustentável.

- **VISÃO:** Ser referência mundial em soluções para o desenvolvimento sustentável na Amazônia, por meio da valorização da floresta em pé e de sua sociobiodiversidade, do empoderamento comunitário e da ampliação e fortalecimento de parcerias.

- **COMO ATUAMOS:** A Amazônia é formada por um rico mosaico e interconectada por questões sociais, ambientais, culturais, tecnológicas e econômicas. A visão sistêmica da FAS, ilustrada na mandala abaixo, é pautada nas complexidades amazônicas e estrutura estratégias para o desenvolvimento sustentável da região. A FAS baseia sua atuação em 17 anos de experiência, adotando um modelo participativo e elaborando projetos em conjunto com comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas. A abordagem institucional é composta pelo nosso legado "Florestas Vivas e Comunidades Prósperas", e nossa atuação é estruturada em cinco eixos prioritários: conservação ambiental, educação e cidadania, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, saúde e bem-estar e socio-bioeconomia amazônica.

Esses eixos são desenvolvidos considerando ações transversais de empoderamento do público-alvo, inovação, infraestrutura e transparência. Todos os projetos estão conectados aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e aos seus pilares: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias.





fas-amazonia.org

   @fasamazonia



Manaus, AM

Rua Álvaro Braga, 351 | Parque Dez | 69054-595

(92) 4009-8900 | 0800 722-6459

